

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, MAIO/2018 - ANO XXII - Nº 256

EDITORIAL

Cada vez mais, a sociedade percebe que é necessária a união de todos para se preservar o meio ambiente. As questões ambientais estão na pauta de governos mundiais que perceberam que não se pode negar as mudanças climáticas, nem suas consequências nefastas tanto para o homem, como para a economia global.

A falta d'água é um problema mundial. Sem água não há vida! Preservá-la a qualquer custo, portanto, tornou-se uma questão de Estado. Apesar dessa realidade, são insignificantes as ações voltadas para sua preservação.

Nós, valeparaibanos, temos um compromisso inadiável com as futuras gerações, para garantir-lhes água pura e abundante. A Serra da Mantiqueira é uma grande caixa d'água. No entanto, vem sendo diariamente agredida. Apesar de muitos discursos e cartas de intenção desde 1985, quando da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira, são pífias as ações efetivas para a preservação desse maciço montanhoso e dos remanescentes de sua cobertura florestal original, frente ao seu tamanho e à gravidade do momento.

Temos consciência de que ainda há muito por se fazer pela Mantiqueira. A Fundação Christiano Rosa, desde sua instituição, em 1997, se propôs a conscientizar os piquetenses para as questões ambientais do município. Nesse período, muito foi pesquisado e publicado a respeito. Entre os anos de 2000 e 2003, uma parceria foi firmada com a Fundação Florestal, de São Paulo, a Prefeitura de Piquete e a FPV/IMPBEL, visando a desenvolver um trabalho voltado para a preservação da Mantiqueira. Após estudos técnicos, foi proposta a criação de um Mosaico na Mantiqueira. Esse Mosaico seria constituído por uma Reserva de Vida Silvestre, a ser implantada no significativo fragmento de Mata Atlântica da FPV/IMPBEL, o Pico dos Marins, que seria elevado à condição de Monumento Natural, e o corredor ecológico que se formaria entre a reserva e os Marins. Infelizmente, após estudos realizados, dados reunidos e muita expectativa, a proposta não vingou. Deve-se tal fato à descontinuidade nas ações e à falta de vontade política. Ainda assim, a Fundação Christiano Rosa não esmoreceu na defesa e divulgação da Mantiqueira, patrimônio não apenas dos valeparaibanos, mas, sim, de toda comunidade mundial.



Denunciar é preciso! De 1995 a 2016, mais de cinquenta mil trabalhadores foram libertados da situação análoga à de escravidão em atividades econômicas nas zonas rurais e urbanas brasileiras. Hoje não se prende mais o indivíduo a correntes, mas ele é mantido submisso a uma situação extrema de exploração.

A escravidão no Brasil de hoje

“Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”. Este é um dos versos do Hino à Proclamação da República, escrito dois anos após o 13 de maio de 1888, com letra de Medeiros e Albuquerque. Adotado oficialmente pelo governo da República, passou a ser cantado nas escolas como hino cívico. A partir de então, os três séculos da escravidão negra no Brasil passaram a ser negados ou suavizados no país, como se milhões de negros escravizados não tivessem sido privados de liberdade. Passados cento e trinta anos, no entanto, as consequências da escravidão ainda estão presentes na sociedade contemporânea. Não se preocupou, à época da abolição, com a inclusão do ex-escravo e de seus descendentes. A dívida social para com a população negra ainda é grande e ela ainda não foi equacionada: o Brasil detém uma das maiores desigualdades sociais do mundo. Há muito a se fazer...

Falar em escravidão nos dias atuais parece extemporâneo. No entanto, não é. A escravidão existe desde a Antiguidade e, infelizmente, persiste na sociedade. Podemos dizer que o liame que distingue a condição do trabalho escravo de hoje da de antes da abolição é a privação oficial da liberdade. A escravidão atual é uma forma extrema de exploração econômica adaptada ao mundo globalizado.

O trabalho escravo é uma violação dos direitos humanos fortemente presente no Brasil. Tanto que a sua existência foi assumida pelo governo federal perante a nação e a Organização Internacional do Trabalho

em 1995. Essa confissão tornou nosso país uma das primeiras nações do mundo a reconhecer, oficialmente, a escravidão contemporânea em seu território.

De 1995 a 2016, mais de cinquenta mil trabalhadores foram libertados da situação análoga à de escravidão em atividades econômicas nas zonas rurais e urbanas brasileiras. O trabalho escravo não é meramente uma violação trabalhista, nem tampouco se trata daquela escravidão dos períodos colonial e imperial do Brasil. Essa violação atual dos direitos humanos não prende mais o indivíduo a correntes, mas contempla outros mecanismos que acometem a dignidade e a liberdade do trabalhador e o mantêm submisso a uma situação extrema de exploração.

No Brasil, noventa e cinco por cento das pessoas submetidas ao trabalho escravo rural são homens, utilizados em atividades que requerem força física. Por isso, os aliciadores buscam, em cidades distantes e pobres, principalmente, homens e jovens. Estes, quando se libertam e retornam à cidade de origem, se deparam com as mesmas condições que os levaram a migrar. Diante dessa situação, o indivíduo pode, novamente, ser aliciado para outro trabalho, em que será, mais uma vez, explorado, perpetuando-se, assim, o “ciclo do trabalho escravo”.

Neste 13 de maio comemoraram-se os 130 anos da assinatura da Lei Áurea. Na verdade, não há o que celebrar. O momento é para refletirmos sobre nosso passado histórico e o contextualizarmos com o momento presente, em que milhares de brasileiros ainda vivem em condição escrava.

Imagem - Memória



Fotos Arquivo Pro-Memória

A Auxiliadora dos cristãos

A devoção a Nossa Senhora Auxiliadora chegou a Piquete com a vinda dos salesianos para Lorena, no final do século 19.

Devido à falta de padre na paróquia de São Miguel, os salesianos do Colégio São Joaquim passaram, com frequência, a assistir espiritualmente os católicos piquetenses. Pelo menos uma vez ao mês, um padre salesiano comparecia à igreja Matriz para celebrar missa e ministrar os demais sacramentos. Oficialmente, foi o padre salesiano João Crippa, por volta de 1905, que ofertou uma imagem de Nossa Senhora Auxiliadora para a igreja Matriz de São Miguel, imagem esta que, por muitos anos, ficou na sede da Congregação Mariana, cujos membros se incumbiram de espalhar sua devoção.

Com a inauguração do Hospital da FPV, em 1948, e a chegada das irmãs salesianas para administrá-lo, a admiração por Nossa Senhora Auxiliadora cresceu ainda mais. Todos os anos, no dia 24 de maio, data a ela consagrada, as irmãs salesianas organizavam uma solene procissão que percorria as ruas da cidade. A cada ano, as irmãs, caprichosas e dedicadas, se superavam na organização. Os carros andores, com a imagem de Nossa Senhora Auxiliadora em destaque, eram caprichosamente montados. Havia uma

profusão de flores e vinha ladeado por anjos, pajens e virgens. A banda de música da cidade solenizava a procissão, que era acompanhada pelas Filhas de Maria, pelos Congregados Marianos e inúmeros devotos. Famílias vinham de distantes pontos do município, numa demonstração de fé e de carinho com a defensora da Igreja.

A história da devoção a Nossa Senhora Auxiliadora tem suas raízes no ano de 1571, quando Salim I, imperador dos turcos, após conquistar várias ilhas do Mediterrâneo, lançou seu olhar de cobiça sobre toda a Europa. O Papa Pio V, diante da inércia das nações cristãs, resolveu organizar uma poderosa esquadra para salvar os cristãos do jugo muçulmano. Para tanto, invocou o auxílio da Virgem Maria para esse combate católico. A vitória aconteceu no dia 7 de outubro de 1571. Afastada a perseguição maometana, o Santo Padre demonstrou sua gratidão à Virgem acrescentando na ladainha loretana a invocação “Auxiliadora dos Cristãos”.

No entanto, a festa de Nossa Senhora Auxiliadora só foi instituída em 1816, pelo Papa Pio VII, a fim de perpetuar mais um fato que atesta a intersessão da Santa Mãe de Deus: Napoleão I, empenhado em dominar os estados pontifícios, foi excomungado

pelo Papa. Em resposta, o imperador francês sequestrou o vigário de Cristo, levando-o para a França. Movido por ardente fé na vitória, o Papa recorreu à intersessão de Maria Santíssima, prometendo coroar solenemente a imagem de Nossa Senhora de Savona logo que fosse libertado. O Papa ficou cativo por cinco anos, sofrendo toda espécie de humilhação. Uma vez fracassado, Napoleão cedeu à opinião pública e libertou o Papa, que voltou a Savona para cumprir sua promessa. No dia 24 de maio de 1814, Pio VII entrou solenemente em Roma recuperando seu poder pastoral. Os bens eclesiásticos foram restituídos. Napoleão viu-se obrigado a assinar a abdicação no mesmo palácio onde aprisionara o Papa. Para marcar seu agradecimento à Santa Mãe de Deus, o Papa Pio VII criou a festa de Nossa Senhora Auxiliadora, fixando-a no dia de seu retorno triunfal a Roma. Ainda no século 19, Dom Bosco adotou esta invocação para a Congregação Salesiana por ele criada, colocando Nossa Senhora Auxiliadora à frente da obra educacional, para defendê-la em todas as dificuldades. A partir de então, os salesianos se incumbiram de difundir por todos os cantos do mundo essa devoção que chegou até nós.

GENTE DA CIDADE

Ana Ussuhi

No final da década de 1950, uma família de agricultores japoneses mudou-se para Piquete, para trabalhar numa horta mantida pela FPV à margens do rio Sertão, próxima à antiga Estação da Serrinha. Veio o casal, Ynossuke e Namyo Ussuhi, com seus sete filhos. Passaram a cultivar todo tipo de hortaliça. Chamavam a atenção em função da grande capacidade de trabalho e também pela diversidade e qualidade da horta.

Pouco tempo depois, a matriarca, Namyo Ussuhi, que se tornou conhecida na cidade como Dona Maria japonesa, abriu um negócio próprio no antigo mercado que havia entre a Praça do Jambeiro e a rua Comendador Custódio, atrás do prédio da Sociedade Beneficente dos Funcionários da FPV.

Em setembro de 1962, foi inaugurado o Mercado Municipal, à Praça José Vieira Soares. Bem estruturado, com “boxes” amplos, de fácil circulação e acesso à população. D. Maria japonesa trabalhou com muito afinho ajudada pelos filhos. Desde sua chegada ao Mercado, os fregueses se surpreendiam com a presença constante da filha caçula, Ana Ussuhi, que todos admiravam pela graciosidade. A medida que foi crescendo, Ana passou a ajudar a mãe na banca de verduras.

Ana Masako Ussuhi nasceu em Roseira, em 1 de junho de 1958, pouco antes da família se mudar para Piquete. Aqui, sempre residiu próximo ao Mercado, na Vila Coronel Monte. cursou o Grupo Escolar Antônio João e o Colégio Estadual Guimarães Rosa. Ana guarda boas lembranças do Mercado desde 1965. Quando menina, passava pelo local de trabalho da família antes e depois da escola. Ajudava a mãe na seleção e no cuidado com as frutas e verduras. Conta que o Mercado era ponto de encontro dos piquetenses. Era costume de então comprar com caderneta e muitos assim o faziam, para pagamento mensal. Às sextas-feiras e aos sábados o movimento aumentava, pois era quando chegavam as mercadorias frescas, vindas do CEASA, de Guaratinguetá,



e também de Minas, trazidas por tropas de mulas, que desciam a Mantiqueira, vindo de Delfim Moreira e Marmelópolis. Conta que os produtos vinham em jacás e ficavam expostos na calçada lateral do Mercado para que os donos das bancas pudessem escolher e negociar os preços. “Vinham com jacás lotados de pera, marmelo, pêssego, ameixa, pinhão, dependendo da época... Também havia frangos e ovos caipiras, embalados em palha de milho, além de queijos, rapadura e talhada”, conta Ana. E completa: “Após a venda e distribuição dos produtos para as bancas, as mulas eram levadas para um bebedouro atrás do Mercado, alimentadas com milho e soltas para pastar. Havia poucas casas por lá...”

Ana Ussuhi sempre trabalhou ajudando a mãe, que se aposentou por volta de 1985, quando foi para São Paulo morar com a filha Nina. A partir de então, Ana assumiu a banca e trabalhou no Mercado até 1991. Conta que, com a vinda de supermercados e feiras de hortifrúti para a cidade, o movimento do Mercado caiu muito. Os antigos donos de banca foram se aposentando e deixando o negócio. Ela se recorda de cada box e seus proprietários: Crispim, João Anacleto, seu Zizo, Vicente e Lili Gonçalves, Manuel verdureiro, Nair Faria Lopes e o Bijú...

Em 1989, Ana comprou, junto com o irmão Paulo, uma antiga residência à Rua do Piquete. Demoliram-na e, no local, construíram sua atual residência e dois pontos de comércio. Em 1991, transferiu-se para lá, sendo a última a deixar o Mercado, que fechou após sua saída.

Ana sempre se dedicou a trabalhos sociais, ajudando diferentes instituições. Ocupa parte do seu tempo com artesanato e, pra não deixar a tradição familiar, cuidando de uma horta que mantém em seu quintal. Gosta de lembrar que colabora com a queima de fogos organizada pelo amigo Sugala.

Ana é muito querida na cidade e seu comércio é ponto de encontro reconhecido por todos em Piquete.



Ana Ussuhi e as amigas, Dita e Dadinha

Ensino Médio: é preciso mudar? Para quê?

Laura Chaves

Parece existir um consenso sobre a necessidade de mudar o Ensino Médio brasileiro. Todos entendemos que o atual modelo não atende às necessidades e expectativas do jovem brasileiro. É um modelo que não atrai a “galera”. As razões para a mudança, no entanto, vão além disso. Vejamos alguns dados:

- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está estagnado desde 2011.

- O desempenho em Português e Matemática é mais baixo hoje do que em 1997.

- 1,7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não estudam e não trabalham (geração nem-nem).

- 82% dos jovens entre 18 e 24 anos estão fora do Ensino Superior.

- O atual sistema de ensino fracassou, segundo todos os indicadores disponíveis.

- O Ensino Médio virou preparação para o ENEM.

- O atual modelo de Ensino Médio gerou mais desigualdade e estimulou a evasão.

Esses dados impactam diretamente no desenvolvimento econômico do país e, por consequência, na qualidade de vida de cada um de nós. Portanto, mudar é uma questão de sobrevivência econômica, social e cultural.

Assim, considerando todos os dados apresentados e as experiências de sucesso no mundo, é urgente que se ofereça um currículo de Ensino Médio que prepare o jovem para um mercado de trabalho em permanente transformação e para a efetiva continuidade dos estudos.

Acima de tudo, é preciso oferecer aos jovens condições para assumir o protagonismo da própria educação e vida. Capacitá-los para estabelecer propósitos e identificar as ações necessárias para alcançá-los. Apropriá-los dos letramentos diversificados: digital, matemático, big data... Formá-los com domínio dos conteúdos acadêmicos essenciais e com competências socioemocionais desenvolvidas. Tudo isso só será possível se cada um de nós assumir o compromisso com a mudança. Juntos, por uma educação de excelência!

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:

Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Revisor: Francisco Máximo Ferreira Netto

Redação:

Rua Professor Luiz de Castro Pinto, 22

Tels.: (12) 3156-1207

Correspondência:

Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

Editoração: Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Tiragem: 1000 exemplares

A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

In Memoriam

(de um certo maio que se Foi)

Dois de Maio de mil novecentos e quarenta e cinco. Setenta e três anos atrás. General Heidling, alemão, entrega Berlim aos soviéticos. As verdades começam a vir à tona em todo o mundo.

Majdanek, Auschwitz, Buchenwald, Bergen-Belsen, Dachau, Ravensbrück, Mauthausen, Theresienstadt, Treblinka, Sobibór e Belzec, etc. Esses são alguns dos 1200 campos de concentração da Alemanha nazista. Neles morreram à míngua, de fome, de frio, de sede, nas câmaras de gás, com tiros, queimados em valas comuns ou em fornos os negros, judeus, ciganos, deficientes físicos, doentes mentais ou qualquer das chamadas raças menos favorecidas pela insanidade nazifascista. Neles, os prisioneiros de guerra, famílias inteiras, crianças, jovens e idosos, grupos ou pessoas solitárias foram torturadas, usadas em experimentos médicos e muitos, após incinerados e terem seus ossos moídos, foram usados como adubo nas plantações de repolho. Dwight David Eisenhower, presidente dos Estados Unidos de 1953 a 1961, foi também o comandante supremo das forças aliadas durante a segunda grande guerra. Ao invadir a Alemanha, a partir do final de 1944, começaram a ser descobertos alguns desses campos de concentração. Outros já haviam sido descobertos pelas forças de Stalin (Soviéticos). Eike, como era chamado Eisenhower, visitou alguns desses campos e ficou chocado ao ver pilhas de esqueléticos corpos se decompondo a céu aberto, empilhados em valas sem cobertura de terra ou semi-queimados em fornos gigantescos. Pilhas com milhares de óculos, sapatos, roupas, brinquedos infantis. Sacos e mais sacos de cabelo humano. Restos de milhões de pessoas. Tão chocado ficou, que obrigou a toda população alemã das grandes cidades no entorno desses campos, sem exceção a nenhum cidadão, a visitar e ver com os próprios olhos o que seus conterrâneos alemães faziam com esses seres humanos.

Nos filmes feitos à época e ainda exibidos nas TVs, veem-se mulheres desmaiando ao presenciar tamanha atrocidade, homens com lenço tapando o nariz e balançando a cabeça em desaprovação. Outros, horrorizados, que visivelmente iam às lágrimas. Ali. Nos seus quintais. Milhões de pessoas morreram e viraram adubo para o chucrute de seu almoço. Assassinados por sua própria gente. Por sua carne e seu sangue. Mas eles estavam cegos pela propaganda de Joseph Goebbels, que inundava seus rádios com mentiras palatáveis e seus cinemas com vídeos mentirosos. Uma lição aprendida pelos alemães a duras penas. Pagaram caro por tudo isso. Muito caro. Quando os Russos chegaram, eles vieram com espírito de vingança. Não se importaram se a população civil sabia ou não. Sem piedade, estupravam e mataram milhares de mulheres. Cem mil só em Berlim. Natalya Gesse, uma correspondente soviética da Segunda Guerra, disse que “os russos estupravam todas as mulheres de oito a oitenta anos”. Era uma resposta dos soviéticos nos moldes do “genocídio de Holodomor” que Stalin colocou na Ucrânia em 1933. Sartre dizia que “quando os ricos fazem guerra são sempre os pobres que morrem”. Vale o mesmo para quando os poderosos fazem guerra, pois os humildes morrem. E morrem ainda mais pela cegueira de um povo.

Escrevi tudo isso, porém, apenas como um pano de fundo sobre o que acontece com as mídias sociais e nossa imprensa de hoje em dia. Não é muito diferente de Goebbels e sua propaganda. Em 2014, foi claro o Papa Francisco ao tratar da imprensa e das redes sociais: “Para mim, os maiores pecados são aqueles que vão na estrada da mentira, e são três: a desinformação, a calúnia e a difamação”. As pessoas são iludidas de forma que, ao se contar uma mentira, muitas vezes se tenha a ilusão da verdade. Essa era a máxima de Goebbels.

Atualmente, inclusive no Brasil, alguns neonazistas ignorantes do que foi a Alemanha nazista ou outros – fascistas, antipartidos, anti-ideologias, racistas ou homofóbicos – divulgam inverdades nos chamados ‘fakenews’.

Grupos – como o MBL – espalham as mentiras com seus sistemas robôs de internet. Incautos que recebem a mensagem em seus celulares, tablets e computadores a repassam, entendendo-a como verdade absoluta sem ao menos pesquisar a origem e, assim como aqueles moradores que vivem próximos aos campos de concentração, sem saber ou tomar cuidado, mandam para as “câmaras de gás da mentira” milhares de vidas. Na época da segunda guerra não havia internet, computadores ou smartphones. Achar a verdade era mais difícil. Mas hoje não há desculpa. Um clique nos buscadores (Google, Duck Duck Go, etc) é o suficiente para encontrar a verdade em poucos segundos. Muitos são enganados pela preguiça de procurar, pela educação escolar insuficiente, pela má vontade ou por se regozijar quando a mentira ataca aquele que considera seu “inimigo”. No inconsciente pensam: “se é contra quem eu não gosto o que importa?”. Mas, lembre-se: um dia você poderá ter que visitar os mortos de sua insensatez em algum campo de concentração que você ajudou a criar. Não espere isso acontecer! O arrependimento tem sabor amargo. Se optarmos pelo errado, pelo incerto ou pelo duvidoso, o mal tende a se voltar contra nós mesmos. E, infelizmente, nossas opções, sendo ou não conscientes, podem um dia vir a nos “estuprar” ou “matar”. Podem nos mandar a nós ou a nossos familiares para os mesmos fornos e câmaras de gás que criamos com a calúnia, a difamação, a ilação e o ódio. Não vamos esperar um novo maio de 1945 para saber de nossas próprias verdades, não é?

Luiz Flávio Rodrigues



Professor Nelson Pesciotta

Na foto, ao centro, o professor Nelson Pesciotta, com membros do Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV), no bairro dos Marins, em Piquete. A Serra da Mantiqueira, grande produtora de água, foi uma de suas grandes paixões e foco de sua preocupação.

Pesciotta, falecido em 26 de maio de 2018, foi grande incentivador de ações para a preservação do patrimônio histórico-ambiental do Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira. Com o IEV, promovia regularmente visitas a lugares de relevância cultural com o intuito de divulgar e reforçar, junto à comunidade, a importância da preservação desses locais.



Reprodução da Internet

13 de Maio: para não nos esquecermos

Há cento e trinta anos, o domingo de 13 de maio de 1888 amanheceu ensolarado no Rio de Janeiro, a capital do Império do Brasil. Era um dia de festa. A escravidão chegava ao fim por meio de uma lei votada no Senado e assinada pela Princesa Isabel. O Brasil tornava-se o último país da América a acabar com a escravidão. Ao longo de mais de três séculos, foi o maior destino de tráfico de africanos do mundo, quase cinco milhões de pessoas.

Sobre a escravidão muito se escreveu. Essa foi uma mancha na história do país, que, com o tempo, vem sendo esmaecida e até mesmo apagada. Quase não se fala no 13 de Maio e as escolas não ensinam sobre o movimento abolicionista de que a sociedade indistintamente participou. No entanto, a escravidão, ainda hoje, é presente na sociedade e deve ser combatida a todo custo.

Nós, piquetenses, não podemos nos esquecer desse período de nossa história. O Vale do Paraíba, no século 19, teve dos maiores contingentes de escravos negros do país. A cultura do café, que se expandiu por toda a região, precisava muito da mão de obra escrava. Sem o escravo não teriam existido o acúmulo de capital e a “civilização do café”. Foram os grandes cafeicultores valeparaibanos que sustentaram o império. Em contrapartida, inúmeros títulos nobili-

árquicos foram distribuídos pelo Império. Com a libertação, esses proprietários se voltaram contra o Império, passando a colaborar com o movimento em prol da mudança do regime.

Reconstruir e melhor conhecer esse período da história da escravidão é essencial. É necessário criar lugares de memória para que a sociedade não se esqueça. Muitos trabalhos sobre esse período histórico nos contam que, com o fim da abolição e o advento da República, Rui Barbosa, então ministro da Economia, ordenou que se queimassem os documentos daquele período e que, por isso, não seria possível reconstruí-lo em toda a sua dimensão. Na verdade, o que foi queimado foram documentos fazendários relativos a impostos. O motivo era impedir que fazendeiros que esperavam ser indenizados pela libertação dos escravos entrassem com ações contra o governo. Essa foi uma afirmação da historiografia oficial, que não se interessava em estudar a escravidão. No entanto, nos últimos anos, importantes estudos sobre a economia, as cidades, as famílias e a cultura dos escravizados, inclusive biografia deles, podem ser lidos. A quem se interessar pelo tema, pode consultar arquivos cartoriais e da Igreja. Há muito a ser feito para recontar esse triste período da história do Brasil. É preciso sempre lembrar para que não nos esqueçamos!

Os porões nos palácios

“Os porões da ditadura eram, na verdade, palácios”. Foi com essa frase, segundo a Folha de São Paulo (13/05), que o engenheiro naval Ivo Herzog reagiu ao memorando da CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) dado a conhecimento dos brasileiros em maio do presente ano. Ivo é filho de Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura torturado e morto na sede do DOI-CODI, em São Paulo, no ano de 1975. Segundo o referido memorando, a cúpula do governo militar brasileiro não apenas sabia das execuções sumárias de adversários pelo regime, mas era ela própria que dirigia essa sórdida política.

O memorando, datado de 11 de abril de 1974, consiste em um comunicado do então Diretor-Geral da CIA, William Colby, ao mandatário da política externa estadunidense do período, Henry Kissinger. O documento narra uma reunião ocorrida treze dias antes, entre quatro importantes generais do regime: Ernesto Geisel, empossado na Presidência da República em março daquele ano, João Batista de Oliveira Figueiredo, sucessor de Geisel e chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) à época, Milton Tavares de Souza, comandante do CIE (Centro de Inte-

ligência do Exército), e Confúcio Danton de Paula Avelino, que assumiria a direção do órgão de inteligência. Na conversa, Milton informou Geisel que aproximadamente 104 pessoas haviam sido executadas de maneira sumária no ano anterior, 1973. O então diretor do SNI, Figueiredo, afirmou apoiar a política das execuções e pediu a Geisel que elas continuassem. O presidente pediu um final de semana para pensar e então, em 1º de abril, comunicou a Figueiredo que as execuções poderiam continuar, desde que fosse tomado o cuidado de apenas executar “subversivos perigosos”.

O caráter autoritário, desumano e corrupto da ditadura brasileira é fato já amplamente esmiuçado pela historiografia – ainda que alguns lunáticos a neguem. No entanto, o memorando publicado pela CIA sepulta por completo o argumento de que as violações de direitos humanos cometidas no período representavam simples arroubos violentos de militares subalternos. Como se depreende da macabra reunião, essas barbáries eram, na verdade, uma política de Estado, com amplo conhecimento, controle e direção por parte da alta cúpula do regime, consubstanciada no Presidente.

Não é casualidade existir, no Brasil atual, um número razoável de defensores desse regime e de suas práticas: de modo diferente que em outros países da América Latina, os criminosos do período não sentaram no banco dos réus e comportamentos absurdos da época, ainda que repelidos por qualquer brasileiro no pleno domínio das faculdades mentais e dos valores da civilização, não foram judicialmente penalizados. O Estado brasileiro, por conseguinte, permanece sem dizer a seus cidadãos, de modo consequente, que as violações do período são intoleráveis, e que, portanto, a persistência delas, nas favelas e periferias do Brasil, não pode, sob nenhum aspecto, ser considerada normal.

Vladimir Herzog, suicida segundo a ditadura, não foi sepultado em local separado, como manda a tradição judaica. O rabino Henry Sobel, sob os olhos de seu Deus, não se resignou com a mentira e negou a versão dos militares: “Vi o corpo de Herzog. Não haveria dúvidas de que ele havia sido torturado e assassinado.” O compromisso com a verdade, como atestou Sobel, não é tarefa para os covardes. Que o Estado brasileiro reveja e reavalie seu passado! Sempre há tempo.

Rafael Domingues de Lima

Hora e vez da iniciativa popular

Aproximam-se as eleições de outubro. Eleições atípicas. O único ponto positivo é que se apresentam muitos candidatos para governar um país que só espera acertar suas contas em 2021.

Prefeitos e Governadores lutam por um novo Pacto Federativo.

A Centralização, que sonhava um Brasil mais igual acabando com as distâncias regionais, estraçalhou a economia de estados pujantes. Os municípios, sobrecarregados, tropeçam nas soluções que buscam para o atendimento aos cidadãos.

A vida do brasileiro topa com dificuldades a cada passo.

Querem transformá-lo em fiscal com as tais “notas” federais, estaduais ou municipais. É aconselhado a fazer uma verdadeira via-sacra nos estabelecimentos comerciais na busca do melhor preço. E a reclamar no Procon.

Moral da história – os grandes pagadores de impostos são assalariados e os consumidores. Não lhes é concedido o

“direito” de sonegar.

O médico-chefe de um hospital do sul paulista revelou, em entrevista, que todos os leitos de UTI de sua Unidade estavam ocupados por motociclistas acidentados.

Inteligente foi a proposta de atribuir 30% das multas de trânsito para o SUS.

Por que não 40% para as aposentadorias precoces e pensões por morte no trânsito?

Com os restantes 30%, todos os sinais de trânsito poderão ser trocados todos os anos.

Por que não leiloar as montanhas de automóveis que se deterioram ao relento e acrescentar o valor às multas de trânsito?

É urgente a mudança no Sistema de Aposentadorias e Pensões.

O Sistema tem de ser dividido em três (3) departamentos: 1º aposentadorias e pensões por contribuições; 2º aposentadorias e pensões por acidentes e doenças, auxílio doença e auxílio maternidade; 3º carência – deficientes e incapacitados que nunca contribuíram.

Cada departamento terá fonte de verba independente sem interferência no orça-

mento.

O SUS é uma ideia magnífica. Só que não costuma cobrir as despesas com os procedimentos. E as Casas de Saúde não podem operar no vermelho. O mesmo se diga dos Planos de Saúde.

Os procedimentos médicos e os remédios são caros.

Mas as mensalidades cobradas não podem disparar à frente dos salários.

Um estudo muito cuidadoso precisa ser feito sobre este tema. De outra forma, em pouco tempo, só teremos Planos de Saúde empresariais.

Você, cidadão brasileiro, que enfrente sol e chuva, ônibus e trem superlotados, que perde tempo nas filas, nestas eleições, precisa ter um comportamento diferente.

Não vá às praças aplaudir bons oradores.

Vá aos auditórios descobrir a partir de discursos de pessoas competentes o que pode construir um Brasil melhor.

Abigayl Lea da Silva

Corpus Christi

A festa de Corpus Christi é celebrada em data móvel, em maio ou junho, após Pentecostes, em comemoração à instituição da Eucaristia. Foi comemorada pela primeira vez em Liège, na Bélgica, em 1247, graças aos esforços de Santa Juliana, da Ordem de Santo Agostinho. Foi oficializada pelo Papa Urbano IV, em 1264.

Para essa festa, os moradores das ruas por onde a procissão deveria passar enfeitavam as janelas com flores, toalhas bordadas e tapeçarias especialmente reservadas para esse dia tão importante, quando o Santíssimo Sacramento percorreria as ruas da cidade, levado pelo padre local.

Essa tradição chegou ao Brasil com o Descobrimento. Era celebrada de forma bastante festiva pelos colonizadores, que a levaram para o interior do país.

Em Piquete, nas décadas de 1930 e 1940, além de enfeitar as janelas e varandas das casas, os moradores cobriam as ruas com folhas de árvores, formando um perfumado tapete verde.

No final dos anos 50 e, principalmente, durante os anos 60 e 70, estimulada por

alguns padres, a população começou a fazer tapetes coloridos. Esse costume, que já existia em algumas cidades valeparaibanas, chegou à Paróquia de São Miguel e foi crescendo ano a ano. A população se organizava dividindo trechos das ruas por onde a procissão passaria a fim de enfeitá-los com tapetes dos mais variados desenhos. Buscavam, anualmente, se superar. Havia participação de toda a comunidade – das crianças aos mais velhos –, que buscavam os mais diferentes materiais para confeccioná-los. A expectativa era grande. A Prefeitura auxiliava trazendo o grosso do material: serragem e areia branca, que era tingida em várias cores. Usavam, também, borra de café, palha de arroz, pipoca, tampinhas de garrafa cobertas com papel laminado, fitas etc. Em cada rua, um morador mais hábil desenhava previamente os motivos – geometrias, florais, abstratos – e preparava, em madeira, as armações que serviam de molde para a montagem dos tapetes.

Logo de manhã, homens, mulheres e crianças a postos... Num verdadeiro mutirão,

montavam os desenhos supervisionados pelo autor da ideia. Em alguns trechos, eram preparados por algum artista local um “quadro”, que, após horas de trabalho, ganhava o reconhecimento de todos. Eram alegorias a santos, cálices, hóstia ou cruz, um carneiro junto ao dístico Agnus Dei e muitos outros motivos.

Logo após o meio-dia, com o fim dos trabalhos, moradores de outras ruas vinham admirar os tapetes. As crianças, alertas, fiscalizavam pra que ninguém, distraidamente, pisasse o tapete ou algum cachorro o cruzasse.

No final da tarde, toda a população se dirigia para a Matriz, de onde saía a procissão. O sacerdote, trazendo o ostensório, vinha sob um pálio, ladeado por devotos, coroinhas e crianças vestidas de anjos e pajens. Atrás, a Corporação Musical Piquetense. As principais ruas da cidade eram percorridas, terminando a procissão na Matriz.

Essa tradição ainda é comum em algumas cidades, que preparam os “tapetes de Corpus Christi” com esmero, o que os transforma em atração turística.



Fotos Arquivo Pro-Memória

Grupo de trabalho discute a Mantiqueira



Grupo comemora a criação da RPPN “Gigante do Itaguaré”



Apresentação do Secretário Estadual de Meio Ambiente



Encontro em Piquete discute propostas para a Mantiqueira

Piquete sediou, no dia 10 de maio, o primeiro encontro do Grupo de Trabalho Serra da Mantiqueira, que contou com a presença do Secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo, Maurício Brusadim.

Organizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, teve como objetivo desenvolver dois temas de máxima importância para a Serra da Mantiqueira: incêndios e novas unidades de preservação.

Busca-se, com esses encontros, agregar órgãos estaduais, prefeituras, entidades representativas, empresas e proprietários rurais que possam contribuir participando da elaboração de propostas, para as quais

se busquem soluções após o seu equacionamento.

Ao longo do dia, as equipes apresentaram um resumo do que foi elaborado para cada um dos dois temas propostos para estudo.

Além dos grupos de trabalho, foram discutidos temas pertinentes à preservação da Serra da Mantiqueira, entre eles: a importância dos mosaicos de Áreas Protegidas para a conservação da biodiversidade, potenciais avanços para as RPPNs e orientações técnicas à Prefeitura de Piquete sobre os trâmites para a criação de Unidades de Conservação. A lista de presença registrou mais de cento e quarenta pessoas, que participaram da

plenária presidida pelo Secretário estadual, e que teve duas pautas principais: a criação de três RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural), entre elas a “Gigante do Itaguaré”, em Cruzeiro, e a discussão sobre a parceria entre a FREPESP/FF para produção de um livro sobre as RPPNs do estado de São Paulo

Na etapa de debates, prevista na agenda, foi retomado tema há muito defendido pela Fundação Christiano Rosa: a preservação do Pico dos Marins. O assunto foi discutido e ficou decidido que seria iniciado o processo de tombamento como Monumento Natural do maciço que compreende o trecho Marins x Itaguaré.

A atualidade profética de Medellín

Depois de cinquenta anos, a Conferência do Episcopado Latino-Americano, acontecida na cidade colombiana de Medellín, continua atual e iluminadora. Rer ler o documento publicado após esse importantíssimo evento eclesial é empolgante. Cada página do texto tem uma paresia, uma força capaz de mover o interior.

Num trecho, dizem os bispos: “A falta de integração sociocultural na maioria de nossos países deu origem à superposição de culturas. No campo econômico, implantaram-se sistemas que encaram só as possibilidades dos setores com alto poder aquisitivo”. Estas proféticas palavras descrevem com exatidão nossas sociedades. De fato, não conhecemos aqui uma integração sociocultural, mas uma superposição.

Um pouco adiante, continuam nossos bispos: “Esta falta de adaptação ao que é próprio e às possibilidades de nossa população, origina, por sua vez, uma frequente instabilidade política e a consolidação de instituições puramente formais. Foi exatamente no sentido contrário a esse desumanizante processo histórico que os governos populares que conhecemos em quase toda a América Latina nos últimos anos se levantaram. Os esforços em integrar grandes parcelas da população com características étnicas e culturais próprias, que sempre estiveram às margens das sociedades e contingentes de empobrecidos e invisíveis sociais, demandou que esses governos progressistas e populares de centro esquerda deixassem de orientar os sistemas

econômicos apenas aos mais enriquecidos e promovessem economias mais inclusivas. Políticas educacionais, habitacionais, trabalhistas, programas de transferência de renda, iniciativas direcionadas à segurança alimentar, incentivos à agricultura familiar, dentre inúmeras outras ações políticas, foram efetivadas. Essas iniciativas produziram um efeito perceptível nas sociedades. No Brasil os governos Lula e Dilma promoveram uma verdadeira revolução sem armas. Jovens pobres tiveram acesso às universidades, o Bolsa Família retirou milhões de brasileiros do mapa da fome, o Minha Casa Minha Vida possibilitou o acesso à moradia digna, políticas afirmativas começaram a incluir grupos que nunca haviam sido considerados na sociedade.

Essa movimentação nas estruturas injustas, cristalizada por séculos, causou sentimentos diversos. De um lado, a esperança em meio às classes mais populares e entre os progressistas; por outro, constrangimento e ódio entre os detentores de privilégios e entre os setores mais conservadores. As elites internas, ciosas em manter a posição de superioridade, apoiadas pelos grandes grupos empresariais estrangeiros, interessados em nossas riquezas e em nossa submissão, orquestraram um sórdido golpe de Estado no Brasil, a fim de paralisar e inviabilizar o processo de integração sociocultural iniciado entre nós pelos governos petistas de Lula e Dilma. Esse Golpe teve amplo apoio dos meios de comunicação que estão há anos sob

a tutela das famílias que os receberam como dádivas dos ditadores militares.

O Papa Francisco descreveu, nesta semana, numa homilia em Santa Marta, como acontecem os golpes de estado em nosso tempo. Disse Francisco: “A mídia começa a falar mal das pessoas, dos dirigentes, e com a calúnia e a difamação essas pessoas ficam manchadas. Depois chega a justiça, as condena e, no final, se faz um Golpe de Estado...” Foi exatamente isso que aconteceu em nosso país. Como afirmou corajosamente o bispo emérito de Blumenau, Dom Angélico Sandalo Bernardino, um golpe em duas etapas: primeiro derrubaram a Presidenta eleita democraticamente, sem crime de responsabilidade. Agora, na segunda etapa, prendem sem provas, por um processo explicitamente arbitrário, o ex-presidente Lula, líder em todas as pesquisas eleitorais.

Assim as elites golpistas vão se movendo para evitar a tão temida integração sociocultural de nosso povo e a quebra de seus seculares privilégios. Essa gente acostumada à desigualdade não pensa em outra coisa que não seja a manutenção da “falta de solidariedade, que provoca no campo individual e social, verdadeiros pecados, cuja cristalização aparece evidente nas estruturas injustas que caracterizam a situação da América Latina”, como descreveram tão bem os bispos reunidos em Medellín há cinquenta anos.

Pe. Fabrício Beckmann

Monumento Natural Marins x Itaguaré

Quem percorre o trecho paulista da Via Dutra tem os olhos forçosamente voltados para a Serra da Mantiqueira, que irradia beleza e majestade. Nela se destaca o maciço Marins – Itaguaré, formação rochosa singular que salta aos olhos. Chama tanto a atenção dos observadores, que mereceu ser retratada pelo famoso pintor, desenhista austríaco, Thomas Ender, quando passou pelo Vale do Paraíba, em 1817. Sua aquarela “A vargem do Paraíba em Lorena” registra, na Mantiqueira, este maciço.

Do lado direito deste trecho da Mantiqueira, encontra-se a Garganta do Embaú, depressão geográfica, passagem natural percorrida por sertanistas e bandeirantes desde o século 17 em busca do ouro das minas gerais.

O maciço Marins – Itaguaré é formado por um complexo rochoso ímpar cercado por mata atlântica, bioma do qual restam apenas aproximadamente 8% de sua porção original. Inserido na Serra da Mantiqueira, local de cultura, valores e belezas naturais inquestionáveis, é considerado um dos principais pontos de escalada do estado de São Paulo. Por seu significado como monumento cultural e histórico e sua relevância geológica, o Marins, localizado

no município de Piquete, é guardião, nos campos de altitude que o rodeiam, de espécies endêmicas raras, que ainda precisam ser estudadas, catalogadas e preservadas. Proteger esse complexo, transformando-o em Monumento Natural, é fundamental. Há mais de vinte anos a Fundação Christiano Rosa vem envidando esforços para atingir esse objetivo. A finalidade é proteger, além da biodiversidade, os seus recursos hídricos – o ribeirão Passa Quatro, que corta o bairro dos Marins, em Piquete, nasce a cerca de dois mil metros de altitude. Além disso, garantir a preservação da paisagem local, bem como regulamentar a prática de esportes que acontece na região. Nas últimas décadas, cada vez mais turistas de aventura percorrem suas trilhas. Grande parte desses aventureiros o faz sem a devida preocupação com a preservação daquele frágil ambiente.

Evidenciando a necessidade de preservação desse maciço, a Fundação Christiano Rosa propôs, já em 2003, após estudos sérios realizados em parceria com a Fundação Florestal, a criação do Monumento Natural dos Marins.

O Monumento Natural (MONA) é a categoria de unidade de conservação que

tem como objetivo preservar a integridade de um elemento natural único, de extrema raridade ou beleza cênica, como, por exemplo, uma cachoeira, uma rocha ou um cânion. Como unidade do grupo de proteção integral, a modificação dos aspectos naturais por intervenção humana é proibida. O Monumento Natural é instituído por um ato do poder público federal, estadual ou municipal, mediante prévios estudos ambientais e consultas públicas. Pode ser constituído por áreas particulares se houver compatibilidade entre o objeto de conservação da unidade e a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

A categoria de Monumento Natural foi criada pelo artigo da Lei do SNUC (Lei 9.985/2000). Sua administração fica a cargo do órgão ambiental ligado à esfera do poder público que o criou. MONAs federais são administrados pelo ICMBio, enquanto que, nas esferas estadual e municipal, a administração fica a cargo dos respectivos órgãos ambientais. A visitação pública e as atividades científicas são permitidas, mas devem seguir as normas estabelecidas pela administração da unidade, pelo plano de manejo e demais regras previstas no reglamento do Monumento.



Foto Arquivo Pró-Memória